

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	153.471
Preferenciais	153.471
Total	306.942
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	3.170.895	2.939.600
1.01	Ativo Circulante	839.801	734.983
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	418.494	424.862
1.01.02	Aplicações Financeiras	169.742	51.241
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	169.742	51.241
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	169.742	51.241
1.01.03	Contas a Receber	222.153	228.089
1.01.03.01	Clientes	217.406	228.089
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.747	0
1.01.04	Estoques	0	4.620
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.109	10.388
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.109	10.388
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.303	15.783
1.01.08.03	Outros	4.303	15.783
1.01.08.03.01	Direito de Retirada de Gás	0	11.299
1.01.08.03.02	Outros ativos	4.303	4.484
1.02	Ativo Não Circulante	2.331.094	2.204.617
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	426.652	291.954
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	123.229	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	123.229	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	303.423	291.954
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	235.211	226.027
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	68.212	65.927
1.02.04	Intangível	1.904.442	1.912.663
1.02.04.01	Intangíveis	1.904.442	1.912.663
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.747.059	1.781.390
1.02.04.01.02	Ativo financeiro	37.199	34.386
1.02.04.01.03	Ativo de contrato	112.980	95.137
1.02.04.01.04	Arrendamento - direito de uso	7.204	1.750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	3.170.895	2.939.600
2.01	Passivo Circulante	674.903	415.127
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.579	19.364
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.579	19.364
2.01.02	Fornecedores	298.733	249.304
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	298.733	249.304
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.292	37.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.292	37.429
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.984	32.397
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	2.308	5.032
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.812	66.913
2.01.04.02	Debêntures	51.812	66.913
2.01.05	Outras Obrigações	291.487	42.117
2.01.05.02	Outros	291.487	42.117
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	287.201	26.858
2.01.05.02.04	Obrigações de Entrega de Gás	918	11.333
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.166	2.048
2.01.05.02.06	Arrendamento - Obrigações	1.202	1.878
2.02	Passivo Não Circulante	1.363.449	1.302.871
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.023.065	967.999
2.02.01.02	Debêntures	1.023.065	967.999
2.02.02	Outras Obrigações	81.225	76.311
2.02.02.02	Outros	81.225	76.311
2.02.02.02.03	Obrigações de Entrega de Gás	75.161	76.311
2.02.02.02.04	Arrendamento - obrigações	6.064	0
2.02.03	Tributos Diferidos	60.355	55.985
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.355	55.985
2.02.04	Provisões	198.804	202.576
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.320	15.955
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.318	2.831
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.372	7.171
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	6.630	5.953
2.02.04.02	Outras Provisões	180.484	186.621
2.02.04.02.04	Valores a Restituir para Clientes	180.484	186.621
2.03	Patrimônio Líquido	1.132.543	1.221.602
2.03.01	Capital Social Realizado	665.430	665.430
2.03.04	Reservas de Lucros	294.074	557.193
2.03.04.01	Reserva Legal	104.289	104.289
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	67.980	70.403
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	121.805	226.083
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	156.418
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	174.060	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.021	-1.021

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	901.200	1.683.979	683.044	1.261.466
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-732.933	-1.334.295	-517.479	-937.421
3.03	Resultado Bruto	168.267	349.684	165.565	324.045
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.948	-49.154	-27.374	-42.142
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.948	-49.154	-27.374	-42.142
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	139.319	300.530	138.191	281.903
3.06	Resultado Financeiro	-17.520	-38.374	1.012	-29.205
3.06.01	Receitas Financeiras	27.355	48.487	33.486	37.845
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.875	-86.861	-32.474	-67.050
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	121.799	262.156	139.203	252.698
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.941	-90.519	-45.796	-85.131
3.08.01	Corrente	-37.466	-86.149	-39.191	-78.595
3.08.02	Diferido	-1.475	-4.370	-6.605	-6.536
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.858	171.637	93.407	167.567
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	82.858	171.637	93.407	167.567
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,2699	0,4999	0,2282	0,4094
3.99.01.02	PN	0,2699	0,4999	0,2282	0,4094
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,2699	0,4999	0,2282	0,4094
3.99.02.02	PN	0,2699	0,4999	0,2282	0,4094

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	82.858	171.637	93.407	167.567
4.03	Resultado Abrangente do Período	82.858	171.637	93.407	167.567

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	243.063	255.520
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	368.620	337.007
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-125.557	-81.487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-232.897	-15.578
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-16.534	-15.766
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.368	224.176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	424.862	209.594
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	418.494	433.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	665.430	0	557.193	0	-1.021	1.221.602
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	665.430	0	557.193	0	-1.021	1.221.602
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-156.418	0	0	-156.418
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.418	0	0	-156.418
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.637	0	171.637
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.637	0	171.637
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-106.701	2.423	0	-104.278
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-106.701	2.423	0	-104.278
5.07	Saldos Finais	665.430	0	294.074	174.060	-1.021	1.132.543

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	665.430	0	415.396	0	-1.416	1.079.410
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	665.430	0	415.396	0	-1.416	1.079.410
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-106.619	0	0	-106.619
5.04.06	Dividendos	0	0	-106.619	0	0	-106.619
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	167.567	0	167.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	167.567	0	167.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.423	2.423	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-2.423	2.423	0	0
5.07	Saldos Finais	665.430	0	306.354	169.990	-1.416	1.140.358

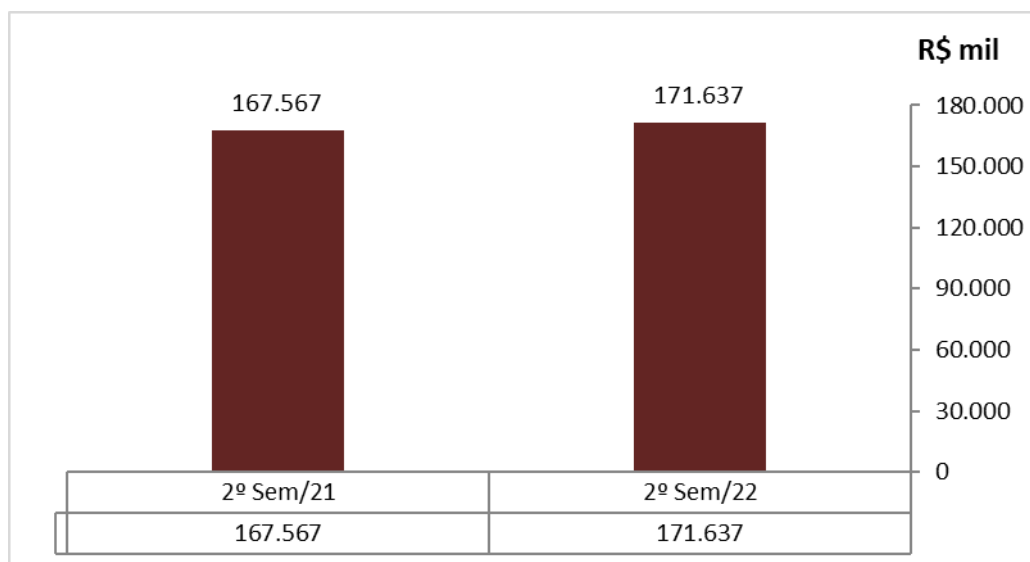
DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	2.096.834	1.555.829
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.083.075	1.545.020
7.01.02	Outras Receitas	-9.947	-7.977
7.01.02.01	Descontos Promocionais	-6.525	-4.246
7.01.02.02	ICMS - Substituição Tributária	-4.208	-3.354
7.01.02.03	Outras Receitas	786	-377
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.754	18.917
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-48	-131
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.623.130	-1.104.822
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.569.846	-1.063.991
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.530	-21.914
7.02.04	Outros	-23.754	-18.917
7.03	Valor Adicionado Bruto	473.704	451.007
7.04	Retenções	-41.634	-40.978
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.634	-40.978
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	432.070	410.029
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.487	37.845
7.06.03	Outros	48.487	37.845
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	480.557	447.874
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	480.557	447.874
7.08.01	Pessoal	30.556	27.636
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.746	23.205
7.08.01.02	Benefícios	4.887	3.613
7.08.01.03	F.G.T.S.	923	818
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	190.965	185.744
7.08.02.01	Federais	116.803	117.691
7.08.02.02	Estaduais	73.956	67.918
7.08.02.03	Municipais	206	135
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.399	66.927
7.08.03.01	Juros	84.785	64.537
7.08.03.02	Aluguéis	252	497
7.08.03.03	Outras	2.362	1.893
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.637	167.567
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.637	167.567

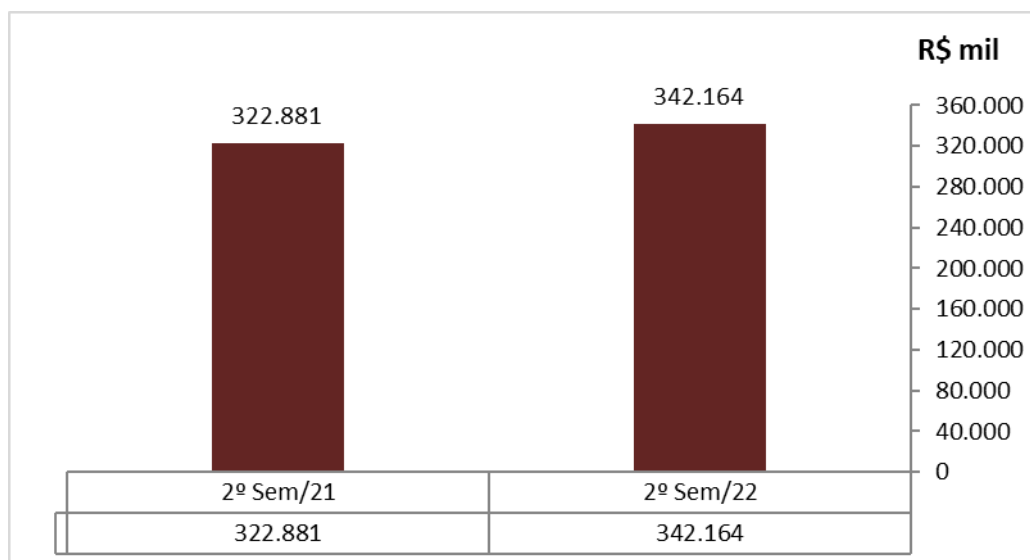
Comentário do Desempenho

Desempenho econômico-financeiro

A Companhia apresentou, no 1º semestre de 2022, lucro líquido de R\$171.637 mil, representando R\$499,93 por lote de mil ações, sendo que no mesmo período do ano anterior, o lucro foi de R\$167.567 mil, representando R\$409,44 por lote de mil ações. Contribuíram para o resultado o maior faturamento em 33,5% quando comparado o 1º semestre de 2022 com mesmo período em 2021.



O LAJIDA da Gasmig apresentou um aumento de 6,0% no primeiro semestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021. O maior custo do gás, principalmente, proporcionou uma queda de 20,6% da Margem LAJIDA da Companhia, passando de 25,6%, no primeiro semestre de 2021, para 20,3% no mesmo período de 2022.



Comentário do Desempenho

A seguir, é apresentada a reconciliação do lucro líquido para LAJIDA para os períodos de seis meses findos em junho de 2022 e 2021:

Reconciliação	2022	2021
Lucro líquido	171.637	167.567
Resultado Financeiro	38.374	29.205
Imposto de Renda e Contribuição Social	90.519	85.131
Amortizações e Depreciações	41.634	40.978
LAJIDA	342.164	322.881

O LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, ou na sigla em inglês *EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O LAJIDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O LAJIDA não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Notas Explicativas

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig
Notas explicativas condensadas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig (“Companhia”), sociedade anônima fechada registrada na categoria B, da Comissão de valores Mobiliários (“CVM”), com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e o Município de Belo Horizonte (“MBH”), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

A Companhia obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais (Estado) pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

1.1.1. Conflito Rússia x Ucrânia

O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio. Nesse sentido, o preço do gás está sendo impactado pelos efeitos da guerra da Ucrânia. Contudo, a maior parte dos energéticos concorrentes do gás natural também sofrem os efeitos do aumento do petróleo.

Cabe ressaltar que o Contrato de Concessão prevê o reajuste tarifário sempre que houver variações nos preços do gás natural adquirido pela Gasmig, de modo a garantir a adequada remuneração do serviço de distribuição de gás.

Adicionalmente, os fornecedores da Gasmig não apresentaram até o momento nenhum problema quanto a oferta do produto, tendo os mesmos cumprido regularmente os contratos de fornecimento de gás firmados junto a Companhia, cujas principais características encontram-se apresentadas na nota explicativa nº 1.2 a seguir.

1.2. Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos de transporte, a Companhia possui com o fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dois Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrados em 2019 e 2021 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Contrato celebrados em 16 de dezembro de 2019 e aditivado em 30 de junho de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 2.085.000m³/dia por todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*) e pagamento de encargo de capacidade.
- Contrato celebrado em 21 de dezembro de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.
 - Quantidade de gás contratada: 480.000m³/dia para 2022, 422.000m³/dia para 2023, 374.000m³/dia para 2024 e 312.000m³/dia para 2025.

Notas Explicativas

- Existência de cláusula de retirada mínima de 50% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*) no ano de 2022 e de 90% nos demais anos de vigência do contrato.

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos de transporte, a Companhia assinou com o fornecedor GALP Energia do Brasil o Aditivo 1º Contrato de Compra de Gás Natural na Modalidade Firme e PUT cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Aditivo 1º ao Contrato celebrado em 10 de junho de 2022:
 - Período de vigência: 18 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: firme de 260.000 m³/dia de 11/06/2022 a 31/07/2022 e PUT de 260.000 m³/dia por todo o período de vigência. A Companhia está obrigada contratualmente adquirir e retirar a quantidade diária programada e, mesmo que não retire, pagar a penalidade de compromisso de retirada à vendedora, sendo que as partes envidarão esforços para corrigir eventuais desvios de compromisso de retirada através da compensação da programação do gás nos dias subsequentes.

Além dos contratos com a Petrobras e GALP, a Gasmig possui dois contratos de suprimento, para atendimento à municípios não conectados aos gasodutos de transporte (projetos estruturantes), com o fornecedor GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. - GásLocal, celebrados em 2014 e 2020 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Acordo de Cooperação Comercial para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 13 de janeiro de 2014:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 28 de janeiro agosto de 2024.
 - Quantidade de gás contratada: 3.633 m³/dia para todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*).
- Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito para atendimento à Extrema celebrado em 06 de agosto de 2020:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 09 de agosto de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 24.667 m³/dia entre janeiro e julho de cada ano e 29.667 m³/dia para os demais meses do ano de todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*).

Nos contratos firmados, tanto a Petrobras quanto a GásLocal têm o compromisso de atender à quantidade contratada diariamente, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento.

1.3. Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Para o mercado termelétrico, a Companhia manteve os contratos de fornecimento de gás e serviços celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (“UTE JF”): firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488m³. A Gasmig se comprometia a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia. Com o encerramento do referido contrato, em 31 de janeiro de 2022 a Gasmig e a Petrobras celebraram contrato de serviço de distribuição de gás, cujos objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 545.000m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2027, à Usina Termelétrica de Juiz de Fora.
- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica Ibiritermo (“UTE Ibiritermo”), assinado com a Petrobras em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos a partir do início do fornecimento ocorrido em julho de 2002 e com volume diário de 1.100.000m³. A Gasmig se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia. Com o encerramento do contrato, em 23 de junho de 2022, a Gasmig e a Petrobras celebraram contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto

Notas Explicativas

da Companhia, 1.100.000 m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 14 de julho de 2022 a 13 de julho de 2027, à Usina Termelétrica Ibiritermo.

1.4. Contratos de vendas para o mercado não térmico

A Gasmig, cujo órgão regulador é a Sede/MG, celebra contratos de fornecimento de gás com clientes e aplica as tarifas vigentes, conforme estabelecido no Contrato de Concessão. Os clientes são agrupados conforme categoria tarifária, a saber:

- Consumidores Automotivos - o segmento automotivo (GNV-01) trata de tarifa específica para fornecimento de Gás Natural Veicular - GNV a revendedores com fins automotivos, consumo em frota própria de veículos automotores (inclusive os veículos automotores fora de estrada) e para transporte público. GNV Frotista, composto por clientes que possuem frota cativa de veículos de uso regular urbano ou rodoviário e/ou fora de estrada, que consomem o Gás Natural exclusivamente para automotivos na própria sua frota, não havendo a incidência de ICMS-ST.
- Consumidores Industriais - o segmento industrial IND-01 é composto por indústrias com consumos a partir de 25.000 m³/mês. Os contratos têm previsão de tarifa de demanda e tarifa de energia, com definição de cláusula de cobrança de demanda mínima em relação ao volume contratado, além da quantidade de gás consumido. O faturamento é quinzenal e apurado em cascata específica, homologada pelo órgão regulador.
- Consumidores Comercial e Industrial - o segmento comercial e industrial de menor consumo (CI-01) é composto por clientes não residenciais de qualquer consumo, ou indústrias que contratem volumes inferiores a 25.000m³ mensais.
- Consumidores Residenciais - o segmento residencial individual (RIND-01) e residencial coletivo (RCOL-01) é composto por clientes residenciais em habitações individuais ou em condomínios.
- Consumidores de Gás Natural Comprimido -GNC - o segmento gás natural comprimido industrial (GNC/GNL-01) é composto por comercializadores para fins industriais de Gás Natural Comprimido, ou Gás Natural Liquefeito, credenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- Consumidores Cogeração - o segmento cogeração (COG/CLI-01) é composto por clientes com consumo destinado à cogeração, climatização e geração elétrica distribuída.

Em 16 de dezembro de 2021, foi firmado o Contrato de Serviço de Distribuição com a Gerdau Açominas. É o primeiro consumidor da Gasmig nesta modalidade, em que o consumidor é o responsável por contratar o suprimento de molécula e o transporte de gás natural, e a Gasmig é a responsável pela distribuição. O prazo do contrato é de 12 meses com início de fornecimento em 01 de janeiro de 2022.

Observando as resoluções do ambiente de contratação livre e os termos do contrato de serviço de distribuição, as receitas desse serviço são reconhecidas mensalmente, quando há o serviço de distribuição e mensuradas com base no volume de gás distribuído.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard n° 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e com o Pronunciamento Contábil n° 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Notas Explicativas

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Administração em 17 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2022, a Diretoria autorizou a emissão dessas informações contábeis intermediárias.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

105105As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Reconhecimento de receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de venda de gás são registradas com base no volume de gás comercializado e nas tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A Gasmig não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os

Notas Explicativas

proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Para a Gasmig, a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

b) Moeda estrangeira - transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou foram transferidos para terceiros.

Os ativos financeiros da Companhia por categoria incluem:

- Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa que não são classificados como custo amortizado;
- Custo amortizado - encontram-se nesta categoria as contas a receber de clientes, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

d) Passivos financeiros

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures e notas promissórias, obrigações de arrendamentos e fornecedores.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata com a instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor caso sejam resgatadas em até 90 dias após a data da aplicação, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

f) Títulos e valores mobiliários e outros investimentos

Operações financeiras contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena de incidência de IOF, sendo remuneradas por taxas vinculadas ao CDI. Também são registradas as Letras Financeiras do Tesouro adquiridas como garantia parcial da operação de emissão de debêntures da Companhia.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas, inicialmente, pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para realizar a análise de recuperabilidade das contas a receber, a Companhia adota uma abordagem simplificada, considerando que os saldos das suas contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos, e a expectativa de perda se dá com base na análise individualizada das parcelas não faturadas, vencidas e a vencer dos clientes, considerando os valores renegociados, bem como a assiduidade e histórico dos pagamentos.

h) Capital social e distribuição de lucros

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou Estatuto Social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

i) Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados, inicialmente, como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção, equivalentes aos novos ativos, são registradas, inicialmente, como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no valor justo da indenização prevista no contrato de concessão.

j) Ativo intangível

Compreende os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e os *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas e o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

m) Contribuição de consumidores

As contribuições recebidas de consumidores destinadas à construção da rede de distribuição de gás estão apresentadas como redutoras do ativo intangível. São classificadas, inicialmente, na conta de Adiantamento de clientes, onde permanecerão até o início do fornecimento do gás. Após o início do fornecimento, os valores são transferidos para rubrica Obrigações especiais - participações financeiras, do grupo não circulante.

As Obrigações especiais - participações financeiras são amortizadas de forma proporcional às amortizações ou baixas dos respectivos ativos intangíveis.

n) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando, então, o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são

Notas Explicativas

mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia, periodicamente, a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

o) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis.

As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Este benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios dos planos previdenciários B - Misto e do plano de saúde ProSaúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), de acordo com o recomendado pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade com o acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

Notas Explicativas

p) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como informação suplementar às suas demonstrações financeiras e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação dessas demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

q) Operações com arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor que são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 11 destas demonstrações financeiras.

Os demais arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é classificado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são, inicialmente, mensurados com base no valor presente. Os pagamentos da locação são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia.

r) Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	8	4
Contas correntes	1.878	1.530
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	416.608	423.328
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>418.494</u>	<u>424.862</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em fundos fixos das unidades, contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa.

As aplicações financeiras em operações compromissadas são lastreadas em CDBs, remuneradas por taxas variáveis, em média, 104,58% do CDI, em 30 de junho de 2022 (105,56% do CDI, em 31 de dezembro de 2021), tendo como emissores bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CDB	284.367	41.997
Títulos públicos (LFT)	8.604	9.244
	<u>292.971</u>	<u>51.241</u>
Circulante	169.742	51.241
Não Circulante	123.229	-

Os títulos e valores mobiliários correspondem a Certificados de Depósitos Bancários e Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro - LFT). A aplicação em LFT possui natureza de garantia da 4ª emissão de debêntures da Companhia, devendo ser mantida até o fim da vigência do contrato celebrado com o BNDES, que ocorrerá em 15/12/22 (nota explicativa nº 13).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

6. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Grandes volumes	181.581	161.450
Automotivo (gás veicular)	11.497	9.892
Gás Natural Comprimido (GNC)	2.417	2.369
Uso geral	295	295
Pequenos clientes não residenciais	490	498
Residencial	13.868	10.793
Usinas termelétricas	60	35.535
Cogeração	5.075	6.718
Comercial e Industrial de menor consumo	10.168	8.530
Provisão para perdas de crédito esperada	(8.045)	(7.991)
Total líquido de contas a receber	<u>217.406</u>	<u>228.089</u>

Notas Explicativas

As contas a receber por prazo de vencimento estão demonstradas como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	175.856	156.409
Vencidos:		
Até 30 dias	2.227	5.543
De 31 a 60 dias	276	589
De 61 a 90 dias	772	515
De 91 a 180 dias	523	601
Acima de 180 dias	15.906	15.816
Provisão para perda de crédito esperada	(8.045)	(7.991)
Subtotal	<u>187.515</u>	<u>171.482</u>
Receita não faturada	29.891	56.607
Total líquido de contas a receber	<u>217.406</u>	<u>228.089</u>

A Companhia tem o controle individualizado das parcelas vencidas e a vencer dos clientes, e revisa, trimestralmente, a expectativa de perdas, considerando os valores renegociados, a assiduidade e histórico dos pagamentos.

A provisão para perdas de crédito esperada está segregada conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Grandes volumes	4.932	5.114
Automotivo (gás veicular)	1.348	1.348
Gás Natural Comprimido (GNC)	287	176
Uso geral	-	111
Comercial e Industrial de menor consumo	1.305	1.113
Residencial	173	129
Total PCLD	<u>8.045</u>	<u>7.991</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas futuras esperadas na realização dos créditos.

As contas a receber estão registradas pelo custo amortizado, o qual não difere significativamente do correspondente valor de mercado estimado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 23.

A movimentação do saldo da provisão para perdas de crédito esperada é como segue:

Saldo em 31/12/2020	7.876
Adições	570
Reversões/ Baixas	(455)
Saldo em 31/12/2021	<u>7.991</u>
Saldo em 31/12/2021	7.991
Adições	283
Reversões/ Baixas	(229)
Saldo em 30/06/2022	<u>8.045</u>

7. Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos de tributos a recuperar provenientes da aquisição de gás natural, de materiais e de demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS - rede de distribuição	2.248	1.293
ICMS – compra de gás e outros	24.158	10.388
Total	<u>26.406</u>	<u>11.681</u>
Circulante	25.109	10.388
Não Circulante	1.297	1.293

8. Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e Valores a Restituir a Consumidores

Em agosto de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic. A Companhia obteve também liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 22 de outubro de 2019, por meio da correspondência nº CT-136/19, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás informou à Gasmig acerca do trânsito em julgado da ação nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que teve por objeto a declaração do direito das distribuidoras associadas de excluir o ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS. A partir de fevereiro de 2020, a Gasmig aproveitou os efeitos da sentença da Abegás e deixou de incluir o ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS, deixando ainda de realizar os depósitos referentes à controvérsia.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu julgamento dos embargos de declaração opostos no RE nº 574.706, sedimentando o entendimento de que o ICMS destacado na nota fiscal é que deverá ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, atribuindo, portanto, certeza ao evento.

Tendo em vista o reconhecimento, pela Fazenda Nacional, de que o ICMS a ser excluído do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, a Gasmig reconheceu os créditos tributários e deverá aguardar o trânsito em julgado de sua ação, para promover a habilitação do indébito e o levantamento dos depósitos judiciais. Em 30 de junho de 2022, o valor atualizado dos créditos de PIS e da COFINS sobre ICMS reconhecidos pela Companhia monta R\$233.914.

Baseados na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de dezembro de 2011 a janeiro de 2020 (mês em que a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS), líquido de PIS e COFINS incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS e COFINS aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Graís (Sede/MG). Em 30 de junho de 2022, os valores a serem restituídos a consumidores monta R\$180.484.

Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A partir do trânsito em julgado, a Gasmig poderá iniciar os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal.

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A recolher		
Imposto de renda	(60.123)	(100.472)
Contribuição social	(61.461)	(37.997)
	<u>(121.584)</u>	<u>(138.469)</u>

Notas Explicativas

A recuperar

Antecipações de imposto de renda	34.637	65.396
Antecipações de contribuição social	62.001	36.467
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	8.962	4.209
	<u>105.600</u>	<u>106.072</u>
Total de imposto de renda e contribuição social a (pagar) recuperar	(15.984)	(32.397)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos de forma líquida.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2022.

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para contingências judiciais	2.846	2.438
Provisão para perda de ativos	1.406	1.406
Provisão atuarial	1.666	1.436
Arrendamentos	39	-
Outros resultados abrangentes	595	595
Outras diferenças temporárias	60	60
	<u>6.612</u>	<u>5.935</u>
Atualização do ativo financeiro da concessão	(6.412)	(5.457)
Ação relacionada à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS		
Atualização dos depósitos judiciais (nota 16)	(7.066)	(6.337)
Atualização crédito tributário judicial (nota 8)	(17.496)	(12.419)
Atualização do ativo financeiro (1)	(35.993)	(37.241)
Arrendamentos	-	(466)
	<u>(66.967)</u>	<u>(61.920)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(60.355)	(55.985)

- (1) Refere-se à atualização do ativo financeiro, não tributado quando incorrido, que será tributado simultaneamente à realização do ativo financeiro, este por sua vez ora transferido para o ativo intangível mediante a renovação da concessão. A Amortização ocorre conforme o prazo de concessão.

A movimentação dos impostos diferidos é:

	<u>Imposto de renda diferido</u>		<u>Contribuição social diferida</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
31 de dezembro de 2021	4.425	(45.529)	1.510	(16.391)
Provisão Atuarial	169	-	61	-
Provisão para contingências judiciais	300	-	108	-
Arrendamentos	28	342	11	124
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	918	-	330
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(702)	-	(252)
Atualização depósitos judiciais	-	(536)	-	(193)
Atualização crédito tributário judicial (nota 8)	-	(3.734)	-	(1.344)
30 de junho de 2022	4.922	(49.241)	1.690	(17.726)

Notas Explicativas

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2020	3.400	(36.512)	1.141	(13.145)
Provisão Atuarial	139	-	50	-
Provisão para contingências judiciais	1.222	-	440	-
Arrendamentos	-	9	-	3
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	918	-	330
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(1.097)	-	(395)
Atualização depósitos judiciais	-	(129)	-	(46)
Atualização crédito tributário judicial (Nota 8)	-	(5.868)	-	(2.113)
30 de junho de 2021	4.761	(42.679)	1.631	(15.366)

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	262.156	252.698
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(89.133)	(85.917)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	2.677	1.341
Contribuições e doações indedutíveis	(735)	(197)
Outros	(3.328)	(358)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(90.519)	(85.131)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(86.149)	(78.595)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(4.370)	(6.536)
Alíquota efetiva do imposto	35%	34%

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.799	119.203
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(41.412)	(47.329)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	1.630	1.324
Contribuições e doações indedutíveis	841	209
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(38.941)	(45.796)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(37.466)	(39.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.475)	(6.605)
Alíquota efetiva do imposto	32%	33%

10. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Arrendamento – Direito de uso (6)	3.671	893
Total de ativos	3.671	893
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo		
Salários, provisões e contribuições sociais (1)	104	561
Previdência privada (2)	1.223	1.635
Plano de saúde (3)	248	444
Serviços (4)	69	87
Aluguel e condomínio a pagar (6)	557	557
Arrendamento (6)	3.702	917
Benefícios Pós- Emprego (5)	6.630	5.953
Total de passivos	12.533	10.154
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado		
Despesas		
Despesas com pessoal (1)	4	882
Despesas com previdência privada (2)	3.526	2.138
Despesas com serviços e plano de saúde (3)	1.049	862
Despesas com serviços (4)	51	23
Despesa com aluguel (6)	-	-
Despesas com aluguel e condomínio (6)	238	553
Despesas com arrendamento operacional (6)	(91)	125
Provisão atuarial (5)	677	556
Total de despesas	5.454	5.139

- (1) O saldo refere-se a provisões e valores líquidos a pagar à CEMIG, relativos aos empregados cedidos à Gasmig.
- (2) A Gasmig é uma das patrocinadoras do Plano “B”, plano misto de previdência privada administrado pela Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, e realiza contribuições mensais referente aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é afetado pela contribuição sobre 13º salário.
- (3) A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano ProSaúde Integrado - PSI, plano de saúde administrado pela CEMIG SAÚDE, e realiza contribuições mensais referente aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é afetado pela contribuição sobre 13º salário. A Companhia possui contrato de prestação de serviços com a CEMIG SAÚDE para elaboração do PCMSO de seus empregados.
- (4) Valores relativos a serviços prestados pela coligada Axxiom Soluções Tecnológicas SA para manutenção do sistema de geoprocessamento.
- (5) Provisões atuariais para honrar compromissos futuros que a Companhia possui por ser patrocinadora dos planos ProSaúde Integrado - PSI e Plano Odontológico - POD.
- (6) Em 31 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a mudança da sede da Companhia para Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, imóvel pertencente à FORLUZ e arrendado pela sua controladora CEMIG. A mudança efetiva ocorreu em agosto de 2020, mas os colaboradores das áreas administrativas continuaram em trabalho remoto, conforme os protocolos de segurança recomendados pelos órgãos responsáveis. Conforme critérios estabelecidos em contrato foi efetuado o reembolso de aluguel à CEMIG Holding de R\$4, CEMIG Geração e Transmissão de R\$69 e Cemig Distribuição de R\$246 pelos valores pagos e a partir de maio os valores passaram a ser pagos diretamente à FORLUZ. As condições contratuais para utilização do referido imóvel foram assinadas em 01 de junho de 2021, com prazo de vigência de 60 meses e cláusula contratual de reajuste anual conforme índice IPCA. Maiores detalhes, vide nota 12.

Remuneração aos Administradores

A Gasmig remunera diretamente os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Os valores referentes a essa remuneração estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2022</u>		<u>30/06/2021</u>	
	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho de Fiscal</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Honorários	179	167	121	179
INSS	36	33	24	36
Total	215	200	145	215

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Gasmig recebeu, a título de remunerações, o montante de R\$2.515 em 30 de junho de 2022 (R\$2.242 em 30 de junho de 2021).

Notas Explicativas

11. Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato

A composição do ativo de concessão da Companhia é a seguinte:

a) Ativo financeiro

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro		
Servidões permanentes	17.323	16.010
Terrenos	19.876	18.376
Total do ativo financeiro da concessão	<u>37.199</u>	<u>34.386</u>

b) Ativo de contrato

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos de contrato		
Construção e expansão de ramais	92.936	76.491
Material em depósito	20.044	18.646
Total do ativo de contrato de concessão	<u>112.980</u>	<u>95.137</u>

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato de cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando a existência de uma obrigação de desempenho vinculada à sua finalização.

O saldo de construção e expansão de ramais, bem como de material em depósito, corresponde, substancialmente, às aquisições de tubos, materiais diversos e obras relacionadas a projetos de expansão ainda em andamento.

c) Ativo Intangível

	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ativo intangível				
Ativos em operação	2.456.483	(695.926)	1.760.557	1.796.650
(-) Obrigações especiais	(60.686)	47.188	(13.498)	(15.260)
Ativo intangível de concessão em serviço	<u>2.395.797</u>	<u>(648.738)</u>	<u>1.747.059</u>	<u>1.781.390</u>

Os ativos intangíveis, cujos períodos e os métodos de amortização são revisados no mínimo anualmente, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida.

As movimentações do ativo de concessão (financeiro, intangível e de contrato) da Companhia aconteceram conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas		Vida útil	Saldo	Atualizaçã	Baixas	Transferências	Saldo
Descrição	(anos)	31/12/2021	Adições	o do ativo financeiro			30/06/2022
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		16.010	5	1.308	-	-	17.323
Softwares	5	42.310	-	-	-	3.143	45.453
Terrenos		18.376	-	1.500	-	-	19.876
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	18.305	-	-	-	31	18.336
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
	5 a						
Máquinas e equipamentos	20	129.692	-	-	(797)	1.912	130.807
Tubulações	30	1.357.637	-	-	(708)	2.408	1.359.337
Móveis	10	1.887	-	-	(2)	17	1.902
Equipamentos processamento de dados	5	4.784	-	-	(78)	38	4.744
Veículos	5	681	-	-	(93)	-	588
Ativo de contrato (obras em andamento)		95.137	26.243	-	(851)	(7.549)	112.980
Total do custo		2.580.135	26.248	2.808	(2.529)	-	2.606.662
Amortização acumulada							
Bônus de outorga		(60.348)	(13.258)	-	-	-	(73.606)
Softwares		(33.369)	(2.145)	-	-	-	(35.514)
Edificações - obras civis e benfeitorias		(5.883)	(384)	-	-	-	(6.267)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(1.985)	(157)	-	-	-	(2.142)
Máquinas e equipamentos		(79.594)	(3.180)	-	507	-	(82.267)
Tubulações		(467.294)	(23.538)	-	284	-	(490.548)
Móveis		(1.306)	(57)	-	2	-	(1.361)
Equipamento processamento de dados		(3.557)	(188)	-	78	-	(3.667)
Veículos		(626)	(21)	-	93	-	(554)
Total da amortização acumulada		(653.962)	(42.928)	-	964	-	(695.926)
Subtotal		1.926.173	(16.680)	2.808	(1.565)	-	1.910.736
Obrigações especiais		(60.440)	(246)	-	-	-	(60.686)
(-) Obrigações especiais		45.180	2.008	-	-	-	47.188
Total do ativo de concessão líquido		1.910.913	(14.918)	2.808	(1.565)	-	1.897.238

Notas Explicativas

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2020	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 30/06/2021
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		13.581	15	2.034	-	-	15.630
Softwares	5	41.922	-	-	-	-	41.922
Terrenos		15.602	-	1.290	-	-	16.892
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	17.313	-	-	-	441	17.754
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	117.892	-	-	(79)	5.726	123.539
Tubulações	30	1.320.773	-	-	-	18.023	1.338.796
Móveis	10	1.881	-	-	-	6	1.887
Equipamentos processamento de dados	5	4.095	-	-	(1)	3	4.097
Veículos	5	665	-	-	-	16	681
Ativo de contrato (obras em andamento)		94.115	21.274	-	(1.999)	(24.215)	89.175
Total do custo		2.523.155	21.289	4.386	(2.079)	-	2.546.751
Amortização acumulada							
Bônus de outorga		(33.614)	(13.257)	-	-	-	(46.871)
Softwares		(28.528)	(2.701)	-	-	-	(31.229)
Edificações - obras civis e benfeitorias		(5.120)	(374)	-	-	-	(5.494)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(1.671)	(157)	-	-	-	(1.828)
Máquinas e equipamentos		(73.764)	(2.896)	-	49	-	(76.611)
Tubulações		(420.447)	(23.021)	-	-	-	(443.468)
Móveis		(1.191)	(57)	-	1	-	(1.247)
Equipamento processamento de dados		(3.394)	(124)	-	-	-	(3.518)
Veículos		(561)	(39)	-	-	-	(600)
Total da amortização acumulada		(568.290)	(42.626)	-	50	-	(610.866)
Subtotal		1.954.865	(21.337)	4.386	(2.029)	-	1.935.885
Obrigações especiais		(59.216)	(493)	-	-	-	(59.709)
(-) Obrigações especiais		41.107	2.006	-	-	-	43.113
Total do ativo de concessão líquido		1.936.756	(19.824)	4.386	(2.029)	-	1.919.289

Servidões permanentes e terrenos não possuem vida útil definida, já o bônus pela outorga e demais ativos da concessão são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

12. Arrendamento

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seus contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

Notas Explicativas

A composição do saldo por classe de ativo identificado e a movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985	765	1.750
Adição	4.363	3.109	7.472
Amortização	(480)	(364)	(844)
Baixa	(661)	(513)	(1.174)
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>4.207</u>	<u>2.997</u>	<u>7.204</u>

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa incremental sobre empréstimo da Companhia de 8,21%.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	<u>Imóveis e Veículos</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.878
Adição	7.472
Juros incorridos	181
Pagamentos efetuados	(996)
Baixa	(1.269)
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>7.266</u>
Passivo circulante	1.202
Passivo não circulante	6.064

O direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	9.263	7.266
PIS e Cofins potencial	857	672

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IGPM, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

2022	1.029
2023 - 2026	<u>8.234</u>
Valores não descontados	9.263
Juros embutidos	<u>(1.997)</u>
Total	<u>7.266</u>

13. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os contratos de debêntures, que são mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver nota explicativa nº 23.

Agente financeiro	Encargos anuais	30/06/2022		31/12/2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures Privadas 2014 (BNDESPAR) – 4ª emissão	TJLP/SELIC \cong 9,6%	14.689	-	30.202	0
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 7ª emissão	1,50% + CDI = 10,65%	20.044	20.000	20.049	20.000
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 8ª emissão	5,27% + IPCA = 15,33%	19.333	1.021.469	18.915	967.530
		54.066	1.041.469	69.166	987.530
	(-) Custos de transação	(2.254)	(18.404)	(2.253)	(19.531)
		51.812	1.023.065	66.913	967.999

As quantias registradas no passivo circulante englobam o principal da dívida, vincendo nos doze meses seguintes, e juros provisionados e ainda não pagos no período.

Saldo da dívida em 31/12/2021	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 30/06/2022
1.034.912	1.127	83.492	(29.469)	(15.185)	1.074.877

Saldo da dívida em 31/12/2020	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 30/06/2021
987.655	1.127	63.263	(23.054)	(15.185)	1.013.806

Todas as captações de recursos realizadas pela Companhia foram devidamente aprovadas pela Assembleia Geral dos acionistas.

A seguir, apresentamos o cronograma anual de amortizações dos valores principais captados (ver na nota explicativa nº 23 o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	Total
Amortizações do principal	54.066	20.000	108.155	114.164	120.173	678.977	1.095.535
Amortização dos custos da transação	(1.126)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(10.516)	(20.658)
Amortização líquida	52.940	17.746	105.901	111.910	117.919	668.461	1.074.877

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

O contrato vigente que a Gasmig possui com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR prevê que a Companhia apresente os seguintes indicadores, anualmente:

- EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o Serviço da Dívida é o pagamento de juros e despesas financeiras incorridos sobre o endividamento financeiro. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3.
- Endividamento Geral, calculado através da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total. É exigido um resultado menor que 0,6.

Notas Explicativas

As “Escrituras da 7ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de três indicadores anuais, a saber:

- a) Endividamento Geral, calculado através da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total (mesmo *covenant* do BNDES). É exigido um resultado menor ou igual a 0,60;
- b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido, onde Resultado Financeiro Líquido é o somatório de juros e despesas financeiras deduzido das receitas financeiras. É requerido um resultado igual ou maior que 2,5, ressalvado quando as receitas financeiras forem superiores às despesas financeiras, hipótese em que este indicador não deve ser calculado.
- c) Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 2,5.

Adicionalmente, as “Escrituras da 8ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de dois indicadores anuais, a saber:

- a) EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o Serviço da Dívida é o pagamento de juros e despesas financeiras incorridos sobre o endividamento financeiro. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3.
- b) Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 3.

Todas as cláusulas restritivas, as quais são apuradas apenas ao final de cada exercício, foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme últimas Demonstrações Financeiras auditadas.

Encargos Financeiros Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Gasmig incorporou ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos das debêntures vinculados a obras em andamento, conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Encargos de debêntures	83.492	63.263
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato	(2.410)	(934)
Efeito líquido no resultado	<u>81.082</u>	<u>62.329</u>

Os valores dos encargos incorporados à infraestrutura da concessão não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

14. Fornecedores

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de gás	265.317	227.683
Fornecedores de serviços e materiais	33.416	21.621
	<u>298.733</u>	<u>249.304</u>

Notas Explicativas

15. Tributos a recolher

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS/COFINS	1.672	4.144
INSS retenções de pessoas jurídicas	242	306
Outros	394	582
	<u>2.308</u>	<u>5.032</u>

16. Provisões para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As contingências tributárias envolvem os tributos federais e estaduais em questionamento sobre alíquotas, base de cálculo e da cobrança indevida dos tributos nos diversos aspectos legais e operacionais.

As questões trabalhistas envolvem empregados, ex-empregados, mão de obra contratada por empresas terceirizadas (parceiras) e sindicatos que contestam índices de reajuste, pagamento de pretensos direitos trabalhistas e outras possíveis indenizações relacionadas ao trabalho.

Nas ações cíveis são questionadas indenizações por direitos de passagem de gasodutos, reajustes, atualização de cálculos de servidões, danos materiais e morais, com base em motivos diversos e outros assuntos discutidos na justiça.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, bem como das situações nas quais a Companhia pode vir a ser demandada judicialmente e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para cobrir as perdas estimadas.

a) Composição das provisões para riscos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas e ambiental	8.372	7.171
Tributárias	3.318	2.831
	<u>11.690</u>	<u>10.002</u>

A movimentação das provisões encontra-se apresentada a seguir:

	<u>Saldos em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Estornos e/ou reversões</u>	<u>Saldos em 30/06/2022</u>
Trabalhistas e ambiental	7.171	3.208	(2.007)	8.372
Tributárias	2.831	487	-	3.318
	<u>10.002</u>	<u>3.695</u>	<u>(2.007)</u>	<u>11.690</u>

	<u>Saldos em 31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Estornos e/ou reversões</u>	<u>Saldos em 31/12/2021</u>
Trabalhistas e ambiental	3.585	5.434	(1.848)	7.171
Tributárias	1.158	1.673	-	2.831
	<u>4.743</u>	<u>7.107</u>	<u>(1.848)</u>	<u>10.002</u>

Notas Explicativas

Ações com risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída. O valor total das ações com risco de perda possível monta R\$189.995 em 30 de junho de 2022 (R\$150.080 em dezembro de 2021), com as seguintes naturezas jurídicas:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Administrativas	664	628
Tributárias	167.052	146.405
Cíveis	21.235	1.615
Trabalhistas	1.044	1.432
	<u>189.995</u>	<u>150.080</u>

Auto de infração - Contribuições Previdenciárias sobre participação nos lucros e resultados

Em 28 de outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia no montante de R\$ 5.143, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados dos anos de 2015 a 2017, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores.

A Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos e por entender ter argumentos de mérito e conjunto probatório para sua defesa, avaliou a probabilidade de perda como possível e não constituiu provisão relacionada ao assunto, cuja contingência, atualizada pela Selic até 30 de junho de 2022, monta R\$5.727.

Auto de infração – Base de cálculo quanto ao Imposto sobre circulação de mercadoria vendida

Entre dezembro de 2019 e março de 2022, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Companhia no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando entendimento divergente entre a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Companhia, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 30 de junho de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$159.176 (R\$139.938 em 31 de dezembro de 2021).

b) Depósitos judiciais por natureza:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS na base do PIS e da COFINS	64.249	61.999
Outros	3.963	3.928
	<u>68.212</u>	<u>65.927</u>

ICMS na base do PIS e da COFINS

Os depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS realizados até fevereiro de 2020 continuam registrados no ativo não circulante, no montante de R\$64.249 em 30 de junho de 2022 (R\$61.999 em 31 de dezembro de 2021), e a Companhia segue no aguardo do julgamento de seu processo para realizar o levantamento destes recursos e utilização dos créditos tributários apurados conforme indicado na nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

17. Direitos de retirada e obrigações de entrega de gás

Os saldos, no ativo, são os direitos de retirada futura de gás pela Companhia, reconhecidos nas contas de adiantamento a fornecedores, no circulante e não circulante.

Direitos de retirada	30/06/2022	31/12/2021
Térmicas – circulante	-	11.299
	-	11.299

Os saldos em aberto em 30 de junho de 2022 são direitos de retirada futura de gás térmico. A recuperação ou a baixa não impactam o resultado da Companhia por causa do espelhamento destes contratos no passivo.

A Companhia apresenta, no passivo, suas obrigações referentes às obrigações de entrega futura de gás. Alguns contratos com clientes possuem cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao previsto contratualmente, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante e, em contrapartida, a Gasmig reconhece o compromisso de entrega futura de gás em conta específica, conforme quadro abaixo:

Obrigações de entrega	30/06/2022	31/12/2021
Não térmico – circulante	918	34
Térmicas - circulante	-	11.299
	918	11.333
Não térmico – não circulante	75.161	76.311
	75.161	76.311

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$665.430. O capital é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Energética de Minas Gerais	152.151	99,1	153.471	100	305.622	99,6
Município de Belo Horizonte	1.320	0,9	-	-	1.320	0,4
Total em 30/06/2022	153.471	100	153.471	100	306.942	100

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia.

No dia 07/03/2022, a Assembleia Geral aprovou grupamento de ações (*inplit*), na proporção de 4 para 3. O grupamento não acarretou alterações nos percentuais de participação dos acionistas no capital social total da Gasmig e nem em suas respectivas participações nas espécies de ações (ordinárias e preferenciais).

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros

A seguir, é demonstrada a composição da conta reserva de lucros:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva legal (i)	104.289	104.289
Reserva de lucros a realizar (ii)	67.980	70.403
Reserva de retenção de lucros (iii)	121.805	226.083
Dividendos adicionais propostos (iv)	-	156.418
	<u>294.074</u>	<u>557.193</u>

i) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

ii) *Reserva de lucros a realizar*

Com a renovação do Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a realizar a amortização dos valores registrados nessa reserva na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

iii) *Reserva de retenção de lucros*

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. Essas retenções de lucros foram devidamente aprovadas pelos acionistas da Companhia em anos anteriores, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. No dia 28 de abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou a distribuição aos acionistas, sob a forma de dividendos, de R\$104.278 registrados nessa reserva, correspondentes a 30% do lucro líquido apurado no exercício de 2021.

iv) *Dividendos adicionais propostos*

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração propôs a distribuição de dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente. Esses recursos foram mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral dos acionistas ocorrida em 28 de abril de 2022, quando foi transferido para o passivo, conforme deliberação da AGO.

c) Lucro por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucro por ação para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

Notas Explicativas

Numerador	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	41.429	85.818	46.703	83.783
Lucro disponível aos acionistas ordinários	41.429	85.819	46.704	83.784
	82.858	171.637	93.407	167.567
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações preferenciais	153.471	171.660	204.627	204.627
Média ponderada de número de ações ordinárias	153.471	171.660	204.628	204.628
Total	306.942	343.320	409.255	409.255
Resultado básico e diluído por ação, em reais				
Preferencial	0,2699	0,4999	0,2282	0,4094
Ordinária	0,2699	0,4999	0,2282	0,4094

19. Receita líquida de vendas

A receita é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás, conforme tabela a seguir:

	Número de consumidores		Volume em mil m ³		R\$ mil	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
	Automotivo	61	59	21.695	14.848	90.320
Gás Natural Comprimido Automotivo	1	1	210	111	708	280
Industrial	100	97	419.793	432.258	1.767.592	1.194.256
Gás Natural Comprimido Industrial	4	4	6.610	7.918	21.425	16.163
Residencial	73.661	63.528	5.400	5.060	39.926	27.960
Cogeração	5	5	7.262	6.207	27.147	15.005
Comercial e Industrial	1.192	1.151	10.536	9.618	49.173	36.961
Subtotal - gás convencional	75.024	64.845	471.506	476.020	1.996.291	1.332.182
Termelétricas	2	2	37.985	201.682	42.496	212.838
Subtotal gás vendido	75.026	64.847	509.491	677.702	2.038.787	1.545.020
Receita de Distribuição (industrial mercado livre)	1	-	43.594	-	44.288	-
Total (gás vendido + distribuição)	75.027	64.847	553.085	677.702	2.083.075	1.545.020

Notas Explicativas

	Número de consumidores		Volume em mil m ³		R\$ mil	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
	Automotivo	61	59	11226	7971	45862
Gás Natural Comprimido Automotivo	1	1	74	14	332	40
Industrial	100	97	220847	220345	977844	657190
Gás Natural Comprimido Industrial	4	4	3478	4136	12091	9266
Residencial	73.661	63.528	2.987	2.710	22.441	15.917
Cogeração	5	5	3835	2948	15196	7872
Comercial e Industrial	1.192	1.151	5.371	4.851	26.864	20.824
Subtotal - gás convencional	75.024	64.845	247.818	242.975	1.100.630	734.841
Termelétricas	2	2	1	97.151	61	103.465
Subtotal gás vendido	75.026	64.847	247.819	340.126	1.100.691	838.306
Receita de Distribuição (industrial mercado livre)	1	-	21.480	-	20.547	-
Total (gás vendido + distribuição)	75.027	64.847	269.299	340.126	1.121.238	838.306

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Receita bruta	2.083.075	1.545.020
Descontos	(6.525)	(4.246)
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(254.580)	(186.805)
ICMS Substituição tributária	(4.207)	(3.354)
PIS	(28.101)	(19.277)
COFINS	(129.437)	(88.789)
Receita de construção	23.754	18.917
Receita líquida	1.683.979	1.261.466
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Receita bruta	1.121.238	838.306
Descontos	(4.657)	(2.719)
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(137.165)	(101.658)
ICMS Substituição tributária	(1.694)	(2.215)
PIS	(15.913)	(10.628)
COFINS	(73.301)	(48.950)
Receita de construção	12.692	10.908
Receita líquida	901.200	683.044

A Companhia possui um consumidor cuja receita líquida monta R\$435.435 e representa mais que 10% da sua receita líquida total no primeiro semestre de 2022. No mesmo período de 2021, havia dois consumidores cujas receitas líquidas montavam R\$223.050 e R\$160.566 e representavam mais que 10% da receita líquida daquele período.

20. Receitas e custos de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Notas Explicativas

	<u>Jan a Jun/2022</u>	<u>Jan a Jun/2021</u>
Receita de construção	23.754	18.917
Custos de construção	(23.754)	(18.917)
Líquido	-	-

	<u>Abr a Jun/2022</u>	<u>Abr a Jun/2021</u>
Receita de construção	12.692	10.908
Custos de construção	(12.692)	(10.908)
Líquido	-	-

21. Custos e Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1, segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>Jan a Jun/2022</u>	<u>Jan a Jun/2021</u>
Compra de gás	1.255.844	868.042
Custos de operação e manutenção da rede	15.670	12.089
Amortização	41.634	40.978
Despesas com pessoal	22.397	20.392
Despesas com materiais e serviços	9.312	7.977
Outras despesas operacionais	14.838	11.168
	1.359.695	960.646

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	1.310.541	918.504
Despesas de vendas, administrativas e gerais	49.154	42.142
	1.359.695	960.646

	<u>Abr a Jun/2022</u>	<u>Abr a Jun/2021</u>
Compra de gás	692.063	480.517
Custos de operação e manutenção da rede	8.544	6.711
Amortização	20.934	20.658
Despesas com pessoal	12.851	12.244
Despesas com materiais e serviços	4.566	4.075
Outras despesas operacionais	10.231	9.740
	749.189	533.945

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	720.241	506.571
Despesas de vendas, administrativas e gerais	28.948	27.374
	749.189	533.945

22. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Jan a Jun/2022</u>	<u>Jan a Jun/2021</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	33.598	4.283
Juros e multas	1.228	777
Atualização monetária	5.367	5.326
Atualização monetária crédito tributário	8.227	27.340
Outros	67	119
	48.487	37.845
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(82.374)	(63.602)
Juros e multas	(789)	(248)
PIS/COFINS	(2.123)	(1.556)
Outras	(1.575)	(1.644)
	(86.861)	(67.050)
Resultado financeiro, líquido	(38.374)	(29.205)

	<u>Abr a Jun/2022</u>	<u>Abr a Jun/2021</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	20.375	3.009
Juros e multas	684	504
Atualização monetária	2.294	2.551
Atualização monetária crédito tributário	3.969	27.340
Outros	33	82
	27.355	33.486
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(42.601)	(30.113)
Juros e multas	(155)	(86)
PIS/COFINS	(1.230)	(1.466)
Outras	(889)	(809)
	(44.875)	(32.474)
Resultado financeiro, líquido	(17.520)	1.012

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscosa) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Custo Amortizado					
Títulos e valores mobiliários	1	169.742	169.742	9.244	9.244
Contas a receber de clientes	2	217.406	217.406	228.089	228.089
Valor Justo por meio de Resultado					
Aplicações financeiras (equivalentes a caixa)	1 e 2	416.608	416.608	423.328	423.328
Títulos e valores mobiliários	2	123.229	123.229	41.997	41.997
Ativo financeiro da concessão	3	37.199	37.199	34.386	34.386
		964.184	964.184	737.044	737.044
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Debêntures	2	1.074.877	1.074.877	1.034.912	1.034.912
Arrendamentos	2	7.266	7.266	1.878	1.878
Fornecedores	2	298.733	298.733	249.304	249.304
		1.380.876	1.380.876	1.286.094	1.286.094

Notas Explicativas

a.1) A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5-11 anos
Debêntures	1.095.535	1.572.518	52.254	38.035	71.596	499.239	911.394
Arrendamentos	7.266	9.263	343	1.715	2.059	5.146	-
Fornecedores	298.733	298.733	298.733	-	-	-	-
	1.401.534	1.880.514	351.330	39.750	73.655	504.385	911.394

b) Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação ou redução das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas e privadas de debêntures efetuadas, as quais são indexadas à variação da SELIC, CDI, TJLP e IPCA. A taxa CDI acompanha taxa SELIC.

Os valores da citada exposição estimados pela Companhia, consideram o resultado da alta ou baixa da taxa de 25% e 50%, respectivamente, bem como possuem como base as taxas de juros projetadas por seus consultores financeiros para o próximo exercício e são apresentados a seguir:

	30/06/2022	30/06/2023 - Projeções		
		Cenário 1	Cenário 2	
	Valor contábil	SELIC 13,25%	SELIC 9,94%	SELIC 6,63%
Ativos				
Aplicações financeiras – circulante	416.608	471.809	458.008	444.208
Títulos e valores mobiliários - circulante	169.742	192.233	186.610	180.987
Títulos e valores mobiliários - não circulante	123.229	139.557	135.475	131.393
	709.579	803.599	780.093	756.588
Passivos				
Debêntures (SELIC) – circulante	(4.990)	(5.651)	(5.486)	(5.320)
Debêntures (CDI) – circulante	(20.044)	(22.700)	(22.036)	(21.372)
Debêntures (CDI) - não circulante	(20.000)	(22.650)	(21.988)	(21.325)
	(45.034)	(51.001)	(49.510)	(48.017)
Ativo líquido exposto	664.545	752.598	730.583	708.571
Efeito líquido da variação das taxas de juros		88.053	66.038	44.026

	30/06/2022	30/06/2023 - Projeções		
		Cenário 1	Cenário 2	
	Valor contábil	TJLP 7,01% IPCA 11,89%	TJLP 8,76% IPCA 14,86%	TJLP 10,52% IPCA 17,84%
Passivos				
Debêntures (TJLP) – circulante	(9.699)	(10.379)	(10.549)	(10.719)
Debêntures (IPCA) – circulante	(19.333)	(21.632)	(22.206)	(22.781)
Debêntures (IPCA) - não circulante	(1.021.469)	(1.142.922)	(1.173.285)	(1.203.648)
	(1.050.501)	(1.174.933)	(1.206.040)	(1.237.148)
Passivo líquido exposto	(1.050.501)	(1.174.933)	(1.206.404)	(1.237.148)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(124.432)	(155.539)	(186.647)

Notas Explicativas

24. Informações por segmentos operacionais

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

25. Eventos subsequentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as informações contábeis intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias do período corrente, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão datados em 18 de março de 2022 e 13 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificações. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, o Conselho Fiscal manifesta-se favoravelmente, por unanimidade, às Informações Trimestrais relativas ao 2º Trimestre de 2022.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
CONSELHEIRO TITULAR

MARÍLIA CARVALHO DE MELO
CONSELHEIRA TITULAR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG
CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85
NIRE 3130000581-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DECLARAMOS, na qualidade de Diretores da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85 (“Companhia”), em atenção ao disposto no parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.

Gilberto Moura Valle Filho
Diretor-Presidente

André Luís da Costa Gaia
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e
Diretor Administrativo e de Governança Corporativa

Henrique Pereira Dourado
Diretor Comercial

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG
CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85
NIRE 3130000581-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

DECLARAMOS, na qualidade de Diretores da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - Gasmig, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Lourdes, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85 ("Companhia"), em atenção ao disposto no parágrafo 1º, inciso V, do artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho 2022.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.

Gilberto Moura Valle Filho
Diretor-Presidente

André Luís da Costa Gaia
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e
Diretor Administrativo e de Governança Corporativa

Henrique Pereira Dourado
Diretor Comercial

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas
Diretor Técnico